EDITORIAL

Caro leitor,

Chegamos ao segundo número de 2017 e trazemos uma edição com foco no setor público. Os artigos tratam de pesquisas no âmbito nacional e em entes dos estados de Alagoas, Pará e Paraíba.

O primeiro artigo, **“PRÁTICAS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO: A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DO IFAL SOBRE A APLICAÇÃO DA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC TSP 16.10”**, de autoria de Gesualdo Menezes Cavalcante, Márcio Mateus Ferreira de Aquino, Sheila Mirian Barbosa Israel e Alessandra Carla Ceolin, teve como objetivo investigar a percepção dos contabilistas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas (IFAL) sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas NBC T 16.10. Os resultados evidenciaram que a percepção dos contabilistas do IFAL é positiva e a maioria dos respondentes reconhece que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos discriminados na NBC TSP 16.10, quando implantados, promovem a melhoria da qualidade da informação contábil no setor público.

O segundo artigo, intitulado **“OS TRIBUNAIS DE CONTAS COMO USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO”**, foi escrito por Alberto Leite Câmara e Diana Vaz de Lima e teve como analisar os Tribunais de Contas como usuários da informação contábil no âmbito do Setor Público brasileiro, com escopo nos processos de contas e nas auditorias contábeis. o estudo constatou que há uma tendência de aderência às Normas Internacionais, em relação aos objetivos da informação contábil no Setor Público Brasileiro.

O terceiro artigo é de autoria de Idelvira de Alencar Garcia Neta, Dalila do Nascimento Araujo, Lidiane Nazaré da Silva Dias e Francivaldo dos Santos Albuquerque e é intitulado: **“SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DAS PREFEITURAS PARAENSES SOB A ÓTICA DE SEUS GESTORES”**. analisar como se apresentam os sistemas de controle interno das prefeituras paraenses, sob a ótica dos seus gestores, no que concerne aos elementos elencados no COSO e na legislação brasileira que trata do tema. Diante dos resultados obtidos com a pesquisa, pôde-se concluir que conforme a ótica da maioria dos gestores do Sistema de Controle Interno, as prefeituras paraenses atendem totalmente ou quase em totalidade as perspectivas elencadas no COSO e à legislação brasileira voltada ao tema.

O artigo de autoria de Francisca Raiany Gomes, Rommel de Santana Freire e Jefferson David Araújo Sales foi intitulado **“TRANSPARÊNCIA PÚBLICA EM PORTAIS DE INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAIS DA PARAÍBA: A ACCOUNTABILITY FOI ESQUECIDA?”** e analisa o nível da transparência das informações divulgadas nos portais dos institutos de previdência municipais da Paraíba sob a ótica dos aspectos conteúdo, acessibilidade e usabilidade. Os resultados apontam que os portais investigados não são capazes de viabilizar a construção da *accountability*. Dentre todos os institutos

analisados, é perceptível a necessidade de adequação dos portais às boas práticas de governança, haja vista que não se cumpre todas as premissas estabelecidas em lei.

Tenham uma boa leitura,
Luiz Carlos Marques dos Anjos
Editor Adjunto da RIC